



Seu País



Sobram grandes
dúvidas em relação
à qualidade
do risotto

Alheia a carne servida

GOVERNO Avança na Câmara o congelamento por 20 anos das verbas sociais, enquanto Temer prepara a reforma da Previdência

POR ANDRÉ BARROCAL

A Odebrecht, maior empreiteira nacional, está prestes a fechar um acordo de delação premiada na Operação Lava Jato. Parceira da Petrobras desde a criação da estatal, em 1953, dona de obras de Norte a Sul, grande financiadora de candidatos,

promete um terremoto político com a delação. Se usar sua “metralhadora (*calibre*) ponto 100”, definição de José Sarney para o estrago potencial da construtora, talvez acerte até Michel Temer, suspeito de usar argumentos pouco nobres ao pedir 10 milhões de reais *cash* na eleição de 2014. A elite econômica não tem,

contudo, motivos para abandonar o presidente, caso o pior (para ele) aconteça.

O governo começa a emplacar no Congresso medidas impopulares sonhadas pelo “mercado” e o empresariado. Em um primeiro teste, a proposta de congelar por 20 anos, uma geração inteira, investimentos federais em saúde,



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 42

Educação. Sem debate,
MP de Temer cria novas
regras para o Ensino Médio



O ministro da Saúde,
Ricardo Barros, chega na
hora da votação. Ele tem
bons motivos para sorrir

educação etc. foi aprovada pelos deputados na segunda-feira 10. A aposta na austeridade fiscal, tentativa de proteger o pagamento da dívida pública e de cativar investidores estrangeiros para tirar o País da recessão com o dinheiro deles, será dobrada em breve. Temer viajou à Ásia na sexta-feira 14, para uma reunião dos BRICS na Índia e uma visita oficial ao Japão, e na volta (dia 20) pretendia fechar logo um projeto de reforma da Previdência. Meta: fazer o brasileiro trabalhar por mais tempo, para o Estado economizar com aposentadorias.

Nos planos do governo, limitar despesas sociais por duas décadas e reformar a Previdência são irmãs siamesas, um truque retórico ensaiado por

Temer em entrevistas a rádios e tevês, nas quais prepara o terreno para a ideia de idade mínima à inatividade, algo como 65 anos. Segundo ele, não dá para cumprir a regra do teto de gastos sem apertar o INSS. Um argumento utilizado na véspera da votação do congelamento, em um banquete oferecido por

**E o Estado do
Bem-Estar Social,
desenhado pela
Constituição de 1988?
Naufraga com aplausos**

Temer a deputados aliados, jantar com ares de último Baile da Ilha Fiscal, deradeiro festão da corte brasileira antes da inauguração da República, em 1889.

Em tempos de penúria fiscal e sem revelar o custo final da folia, o Palácio do Planalto chamara 400 parlamentares para o repasto noturno com Temer. Na versão oficial, o presidente foi atendido por metade dos convidados, muitos com esposa e filhos na boca-livre. Formou-se um ambiente festivo e de confraternização no Palácio da Alvorada, descrição feita depois por certos comensais, radiantes ao estrear na residência oficial do chefe da nação. Outros não deixariam de confessar a decepção gastronômica. Compreensível. No *menu* dos anfitriões Michel e Marcela, *risotto ai funghi*,



Seu País

carne, salmão, massa e saladinha. Preparar *risotto* de qualidade para centenas de talheres é uma proeza.

Durante o regabofe, os deputados foram catequizados por dois economistas convocados pelo governo por sugestão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Segundo José Marcio Camargo, da PUC-Rio, um notável berço de amantes das ideias do “mercado”, e Armando Castellar, colaborador do *think tank* direitista Instituto Millenium, se o congelamento fosse rejeitado no dia seguinte, viria o caos nas finanças públicas. Em um pronunciamento à plateia, Temer mostrou de viva-voz seu amor à austeridade neoliberal. “Estamos cortando na carne”, disse o peemedebista, 7,5 milhões de reais de patrimônio declarado à Justiça Eleitoral, 30 mil mensais de salário presidencial e mais 30 mil de aposentadoria paga pelo Erário como ex-procurador do estado de São Paulo.

Se alguma carne será cortada pela chamada PEC 241, é a do brasileiro dependente de serviços públicos. Pela proposta, gastos federais com saúde, educação e assistência, entre outros, serão corrigidos por duas décadas apenas com base na inflação do ano anterior. Nada de reajuste real, mecanismo responsável por elevar para 100 bilhões de reais a verba anual na saúde e na educação neste século, quantia ainda insuficiente para realizar o Estado de Bem-estar Social desenhado na Constituição de 1988.

Um dia depois da aprovação da proposta pelo plenário da Câmara, por 366 votos (58 acima do necessário) a 111, o mineiro Júlio Delgado (PSB), voto a favor do *impeachment* e hoje integrante da base aliada de Temer, desabafava contra a medida, à qual dera o voto “não”. “Os deputados não sabem no que votaram. A PEC resolve um problema fiscal do governo, mas por trás de números existem pessoas. Não dá para pagar juro da dívida pública e ignorar as pessoas.” Participante ativo



Decisivo. A presença destes dois senhores no jantar do Jaburu é garantia indiscutível para os patriotas

em Minas da recente eleição municipal, viu de perto escolas e hospitais, candidatos ao sacrifício. Para ele, se a PEC vingar, os prefeitos recém-vitoriosos devem se preparar para o pior. Exemplo: Brasília repassa aos municípios 40 centavos por aluno a título de merenda escolar, valor que já não compra um pãozinho (uns 50 centavos). “Imagine congelar por 20 anos e só corrigir pela inflação.”

Dissidentes como Delgado foram ameaçados pelo Planalto de não serem ouvidos na distribuição de cargos federais e de irem para o fim da fila da liberação de verba para obra incluída pelo parlamentar no Orçamento. O governo jogou

“A crise fiscal não é de despesas, é de receitas”, diz a professora Carvalho



pesado mesmo antes da vitória, receoso de resistências à impopularidade do plano. No PMDB de Temer, houve deputado a consultar advogado para saber se seria expulso e perderia o mandato, em caso de voto contra. No Dia D, o presidente exonerou dois ministros-deputados, Bruno Araújo (Cidades) e Fernando Coelho Filho (Minas e Energia), por medo do voto “Não” dos suplentes da dupla.

O ministro-deputado da Saúde, Ricardo Barros, passou pela Câmara na hora da votação e sorria ao lado de colegas, enquanto o congelamento de verbas da sua área era aprovado, proposta que um ex-ministro, José Gomes Temporão, dissera ao site de *CartaCapital* ser “condenação de morte para milhares de brasileiros”. Entende-se Barros. Trata-se de um defensor dos convênios, inclusive financiado por eles em eleições, e o congelamento tende a empurrar brasileiros – ao menos os que tiverem emprego e renda – para os planos privados, devido ao sucateamento da rede pública.

A outra razão para o sossego é que o relator da PEC, o gaúcho Darcísio Perondi, do PMDB, fez uma malandragem. Antecipou o aumento de certas receitas da saúde e adiou o início do congelamento na área para 2018, uma forma de driblar

TÂNIA RÉGO/ABR, CARLOS HUMBERTO/STF, ANTONIO CRUZ/ABR E MARCELO CAMARGO/ABR



a cautela dos colegas. Espera-se que a população não sinta em demasia os efeitos em hospitais a tempo de punir seus representantes nas urnas na eleição de 2018, depois da qual Barros talvez dê adeus ao cargo.

Perondi armou outra surpresa às vésperas da votação, um reforço no corte na carne alheia. Abriu caminho para o salário mínimo entrar na regra do reajuste limitado à inflação, sem ganhos reais. Se fosse assim desde 2003, o piso hoje em 880 reais valeria 400, nos cálculos de um economista da FGV de São Paulo, Bráulio Borges. Uma surpresa tão indigesta que assombrou o economista Felipe Salto, ligado ao chanceler de Temer, José Serra, e hoje colaborador no Senado do tucano José Aníbal.

Temer deve sentir-se recompensado pela fé financeira em Perondi. Na eleição de 2014, deu 100 mil reais à campanha do

Contraste. Júlio Delgado (ao lado) protesta contra a PEC. O relator Darcísio Perondi não deixa de cometer mais uma malandragem



deputado, metade na condição de pessoa física e o resto por meio de uma empresa criada com a finalidade exclusiva de ajudar amigos. O repasse da “pessoa física” ajudou a tornar Temer um “ficha suja” no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em maio passado, por ele ter doado acima dos limites legais, decisão que ainda pode ser revertida. Curiosidade: o presidente da corte, Mário Devienne Ferraz, reunia-se com Temer no Planalto no momento em que deputados congelavam as verbas sociais por 20 anos.

O TRE não é a única encrença de Temer na Justiça Eleitoral. O TSE, instância máxima, também é, devido a uma ação do PSDB de cassação da chapa eleita em 2014 Dilma Rousseff-Michel Temer. A relação do peemedebista com o

TSE merece um capítulo só seu na crônica do poder por estes dias.

Na quarta-feira 12, um feriadão, Temer recebeu o comandante do tribunal, Gilmar Mendes, em um almoço no Palácio do Jaburu. O impróprio convívio entre julgador e julgado contou ainda com a presença do ex-presidente Fernando Henrique, e destinava-se, segundo versões oficiais, a discutir justamente o plano de austeridade. Tal qual um militante partidário, Mendes mergulhou na defesa da proposta, com uma nota de apoio enviada pelo TSE ao Congresso. Soou resposta a um insólito parecer encaminhado dias antes aos parlamentares pela equipe do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a criticar a PEC 241, com o argumento de

que faltará grana para o sistema de Justiça. Um sistema do qual a Procuradoria faz parte e é o mais caro do planeta, a consumir espantoso 1,8% do PIB, graças aos proventos de juízes e procuradores.

Cobrar mais impostos de ricos como togados e promotores seria uma alternativa para atacar a crise fiscal sem apelar à austeridade, “cujos efeitos negativos recairão sobre a população mais vulnerável”, diz um comunicado do Conselho Federal de Economia. Incentivar a retomada do crescimento por meio de investimentos públicos na mira da austeridade faria subir a arrecadação federal e é outra opção, conforme um documento levado à Câmara por alguns economistas. “A crise fiscal não é uma crise de despesas, é de receitas”, diz Laura Carvalho, professora da USP. •

